

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Aplicação: **2014**

PROVA OBJETIVA

SEGUNDA ETAPA – PROGRAMA DE FORMAÇÃO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 61 3448-0100;
www.cespe.unb.br;
sac@cespe.unb.br;

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

Acerca da cobrança e recuperação de créditos pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), julgue os itens a seguir.

- 1 Exemplo da atuação proativa da advocacia pública, no que se refere à cobrança e recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais, é o protesto de certidões de dívida ativa (CDAs), procedimento extrajudicial anterior ao ajuizamento da execução fiscal, que consiste no protesto de CDAs de qualquer valor.
- 2 No procedimento de conciliação prévia à propositura de execuções fiscais de créditos das autarquias e fundações públicas federais, se o devedor optar pelo parcelamento, o crédito deverá ser obrigatoriamente inscrito em dívida ativa, com acréscimo dos encargos legais.

A respeito das etapas entre a constituição do crédito público e o ajuizamento da execução fiscal, julgue os itens seguintes.

- 3 A prescrição intercorrente ocorre após a paralisação do processo administrativo, pendente de julgamento ou despacho, por mais de dois anos.
- 4 As regras para cálculo dos juros, da multa de mora e dos encargos legais incidentes sobre os créditos das autarquias e fundações públicas federais são semelhantes às que regem tributos federais, sendo os juros calculados pela taxa SELIC e a multa de mora, limitada ao percentual de 20%.

Com relação às ações prioritárias da PGF na cobrança e recuperação de créditos, julgue os itens subsequentes.

- 5 É possível que uma pessoa jurídica figure como ré de ação de improbidade, ainda que seus sócios não figurem no polo passivo da ação.
- 6 Instaurada a tomada de contas especiais, medida de caráter excepcional, não será possível a instauração de outros procedimentos que visem ao ressarcimento do dano ao erário, visto que a competência para o julgamento dessa matéria, na fase externa, é exclusiva do Tribunal de Contas da União.

Acerca das ações regressivas previdenciárias, julgue os itens subsecutivos.

- 7 O pedido da ação regressiva previdenciária deverá abranger o ressarcimento de todas as prestações sociais, sejam benefícios ou serviços, podendo incluir prestações vincendas no caso de benefícios previdenciários ativos.
- 8 O procedimento de instrução prévia da ação regressiva acidentária pode ser arquivado, caso não haja concessão de benefício previdenciário, o que desonera definitivamente o possível responsável.

Acerca das execuções fiscais trabalhistas, julgue o item abaixo.

- 9 Segundo entendimento jurisprudencial predominante, no que diz respeito à incidência das contribuições sociais, os acordos homologados perante a justiça do trabalho, sem reconhecimento de vínculo trabalhista, ensejam tributação típica dos contribuintes individuais.

Com base nos sistemas e ferramentas de tecnologia utilizados na cobrança de créditos das autarquias e fundações públicas federais, julgue o seguinte item.

- 10 No módulo de inscrição/recusa do crédito, o Sistema Único de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais (SISDAT) oferta ambiente virtual para análise dos requisitos da inscrição em dívida ativa e oferece duas possibilidades: a inscrição em dívida ativa ou o arquivamento do procedimento, caso seja verificada pendência que obste a inscrição do crédito.

Acerca do direito de concorrência, julgue os itens a seguir.

- 11 O controle dos atos de concentração econômica é feito posteriormente à sua consumação e abrange fusão de empresas, aquisição de controle, incorporação e contratos associativos entre empresas.
- 12 Ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), composto de um tribunal, de uma superintendência geral, da secretaria de acompanhamento econômico e de um departamento de estudos econômicos, cabe promover o controle das estruturas de mercado e reprimir infrações contra a ordem econômica.

A respeito do setor de energia elétrica, julgue os seguintes itens.

- 13 De acordo com a normatização editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, o consumidor de energia elétrica é a pessoa física ou jurídica que solicita o fornecimento, a contratação de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, exigindo-se a sua vinculação a um contrato como destinatário final hipossuficiente.
- 14 A exploração de serviços e instalações de energia elétrica é de reserva estatal; as atividades de distribuição e transmissão são caracterizadas pelo regime de serviço público, o que possibilita a concessão ou permissão; as atividades de geração e comercialização são caracterizadas como atividades econômicas reservadas, o que possibilita a autorização ou a concessão de uso de bem público.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao setor de telecomunicações.

- 15 A autorização de radiofrequência se enquadra no regime tradicional de autorização de uso de bem público, já que tem prazo determinado e se trata de ato vinculado.
- 16 O serviço de radiodifusão, destinado ao público em geral, direta e livremente, compreende a radiodifusão sonora e de imagens e está inserido no âmbito das competências da administração direta, mais especificamente do Ministério das Comunicações.

Acerca do setor de aviação civil, julgue o próximo item.

- 17 Embora o regime jurídico dos serviços de exploração de transporte aéreo público regular seja o de concessão, ele se aproxima do de autorização, de modo que, na sistemática do Código Brasileiro de Aeronáutica e da Lei n.º 11.182/2005, os direitos de exploração desses serviços devem ser outorgados às empresas que cumprirem os requisitos previstos no referido código e nos regulamentos próprios.

A respeito do setor de portos, julgue o item abaixo.

- 18 Os portos privados são objeto de autorização, sendo possível a instalação de mais de um porto privado na mesma localidade.

A respeito das instituições federais de ensino superior (IFEs), julgue os itens a seguir.

- 19 Segundo previsão legal, as IFEs estão obrigadas a reservar, em cada processo seletivo, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
- 20 Dado o princípio da gratuidade do ensino público, o STF julgou inconstitucional a cobrança de taxas de matrícula nos cursos de especialização *lato sensu* promovidos pelas IFEs.

Considerando as normas que regem as relações estabelecidas entre as IFEs e as fundações de apoio, julgue os seguintes itens.

- 21 É vedada a participação dos servidores das IFEs nos projetos desenvolvidos com o apoio dessas fundações.
- 22 Os bens adquiridos por meio de contratos e convênios entre a IFE contratante e a fundação de apoio contratada são integrados ao patrimônio desta.

Julgue os itens que se seguem, relativos à estrutura dos órgãos previdenciários.

- 23 A instalação das representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, subordinadas a uma procuradoria seccional, visa otimizar o deslocamento dos procuradores federais aos órgãos do judiciário, facilitando a representação judicial do INSS.
- 24 As atribuições da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS incluem a de atuar, conjuntamente com os órgãos técnicos do Ministério da Previdência Social, na elaboração de propostas de normas internas do INSS.

A respeito das ações que envolvam o INSS, julgue os itens a seguir.

- 25 O recurso adequado para a impugnação de decisão interlocutória em que se defira, em desfavor do INSS, pedido de antecipação dos efeitos da tutela que venha a causar lesão grave e de difícil reparação ao instituto é o agravo, seja na modalidade retida, seja na de instrumento.
- 26 Considera-se relevante, nos termos de portaria da AGU, ação judicial de valor igual ou superior a um milhão de reais em que o INSS figure como réu.
- 27 Embora seja legalmente admitida a possibilidade de conciliação que envolva, no âmbito do Juizado Especial Federal, o INSS, não será objeto de acordo caso de benefício por incapacidade quando o laudo produzido em juízo, favorável aos interesses do instituto, tenha atestado a ausência de incapacidade do segurado.

Acerca dos benefícios previdenciários e do benefício de prestação continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), julgue os itens seguintes.

- 28 O idoso com mais de 65 anos de idade que não possua meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la suprida por sua própria família fará jus ao recebimento do benefício de prestação continuada previsto na LOAS, no valor de um salário mínimo, benefício este que não lhe garante o direito ao recebimento de gratificação natalina, tampouco gera para os seus dependentes pensão por morte caso venha a falecer no gozo do benefício.
- 29 A trabalhadora rural segurada especial que alcançar, no ano de 2014, o requisito etário mínimo (cinquenta e cinco anos de idade) para a obtenção de aposentadoria por idade deverá comprovar, para fazer jus ao referido benefício previdenciário, o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo, por pelo menos sessenta meses.
- 30 O auxílio-acidente somente será devido ao segurado que, uma vez cumprida a carência exigida na legislação, venha a ser vítima de acidente do trabalho.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva que deverá ser julgada em relação aos benefícios da seguridade social.

- 31 Marcelo é titular de benefício previdenciário de aposentadoria por idade, concedido em 29/3/2004, tendo recebido a primeira prestação do benefício em abril daquele mesmo ano. Em 31/3/2014, sem prévio requerimento no âmbito administrativo, ajuizou ação contra o INSS objetivando a revisão do ato de concessão da aposentadoria. Nessa situação, de acordo com os dispositivos normativos que regem a matéria, o direito visado pelo autor foi atingido pela decadência.
- 32 Pedro, trabalhador rural segurado especial, completou sessenta anos de idade em 2012 e pretende requerer sua aposentadoria. Embora ainda permaneça no exercício de atividade rural, Pedro não cumpre a carência necessária para a concessão do benefício de aposentadoria por idade sem fazer uso de período de contribuição referente à função de garçom, exercida de 1995 a 1997, na cidade X. Nessa situação, embora seja viável a utilização do período laborado sob outra categoria de segurado para que Pedro obtenha aposentadoria por idade na condição de segurado especial, somando-se os períodos urbano e rural ele ainda não possui o requisito etário exigido por lei para a obtenção do benefício.
- 33 Maria contribuiu regularmente para a previdência social por um período total de catorze meses. Após esse tempo, por ter sido demitida, deixou de verter novas contribuições por mais de quarenta meses, tendo perdido a condição de segurada. A partir de outubro de 2013, novamente empregada, voltou a recolher as contribuições mensais destinadas à previdência e, em abril do corrente ano, ficou incapacitada para o trabalho, em razão de doença profissional, por mais de quinze dias. Nessa situação, Maria não fará jus ao recebimento do benefício previdenciário de auxílio-doença, dado o não cumprimento da carência exigida para a obtenção do referido benefício.

Ainda acerca dos benefícios previdenciários, julgue os itens que se seguem.

- 34** À pessoa com deficiência segurada do regime geral da previdência social é garantida a concessão da aposentadoria considerando-se tempo de contribuição reduzido em relação ao ordinariamente exigido para a obtenção do benefício, de acordo com a classificação da deficiência, além de a esse segurado ser possível a concessão de aposentadoria aos sessenta anos de idade, se homem, e aos cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, desde que tenha contribuído para o regime por pelo menos quinze anos e comprove a existência de deficiência durante igual período.
- 35** O fator previdenciário, fórmula que considera a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, incide sobre o cálculo dos benefícios de aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial.
- 36** Embora seja legalmente admitida a conversão do tempo de trabalho exercido sob condições especiais consideradas prejudiciais à saúde em tempo comum, é vedada a possibilidade contrária, ou seja, o segurado que não tenha laborado sob condições especiais prejudiciais à saúde por tempo suficiente para a obtenção de aposentadoria especial não poderá complementar o lapso faltante com período de contribuição em atividade comum.

No que se refere ao processo administrativo previdenciário, julgue os itens a seguir.

- 37** Por seguir rito procedimental semelhante ao do processo judicial, o processo administrativo previdenciário exige estrita delimitação de suas fases, não sendo admitida a realização de novas diligências durante a fase recursal.
- 38** Caso seja constatada pelo servidor do INSS a viabilidade da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez e o segurado tenha postulado administrativamente, perante o INSS, o benefício de prestação continuada previsto na LOAS, por força do princípio da obrigatoriedade da concessão do benefício mais vantajoso deve o segurado ser informado acerca dessa possibilidade, para que a aposentadoria seja concedida em caso de anuência.

Considerando os acordos, ressarcimentos ao erário, os juros de lei e a correção monetária incidentes sobre valores remuneratórios decorrentes de condenações impostas e, em especial, os contenciosos administrativos e ações judiciais, que requerem atuação profissional do Procurador Federal, julgue os itens a seguir.

- 39** Nas condenações interpostas pela fazenda pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, incidirão, uma única vez, até o efetivo pagamento, os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.
- 40** Só pode ser pleiteada em sede de execução a compensação do índice de 28,86% que não pôde ser objetada no processo de conhecimento.
- 41** É necessária a homologação judicial para que acordo administrativo firmado por servidor, que tenha ação em curso para discutir percepção de diferenças de vencimento, surta efeitos esperados.
- 42** O servidor será compelido a devolver aquilo que receber indevidamente, em face de erro de interpretação da lei pela administração, sem prejuízo do ressarcimento de valores ao erário, ainda que a situação demonstre que o ente de poder tenha cometido “erro de fato”.

Acerca do processo administrativo disciplinar no âmbito da PGF, julgue os itens que se seguem.

- 43** Não se admite a instauração de processo administrativo disciplinar contra membro da PGF com base em denúncia anônima, dada a exigência, no estatuto dos servidores públicos federais (Lei n.º 8.112/1990), da identificação e do endereço do denunciante.
- 44** Compete ao advogado-geral da União a aplicação das penalidades disciplinares aos membros da carreira de procurador federal.

Considerando a atuação contenciosa do procurador federal e os atos infracionais que a regulamentam, julgue os itens a seguir.

- 45** Caso o procurador federal não apresente contestação em ação de revisão de aluguel que tenha sido proposta, com fundamento na Lei n.º 8.245/1991, por locatário de imóvel de propriedade de órgão público da administração direta, deverão ser aplicados sobre a autarquia os efeitos processuais da revelia.
- 46** Compete ao advogado-geral da União editar enunciados de súmula administrativa, que vinculam órgãos e entidades componentes da administração pública federal, em face de iterativa jurisprudência dos tribunais.
- 47** Caso haja necessidade de pedido de subsídios para a defesa de entidade representada em questão relativa a pessoal ou patrimônio, o procurador federal deve solicitá-los à procuradoria federal especializada junto à entidade demandada, sendo tal solicitação dispensável se a tese tiver sido objeto de “defesa mínima”.

Considerando a atuação prioritária e contenciosa junto aos tribunais superiores, julgue os itens seguintes, de acordo com a jurisprudência do STJ e do STF.

- 48 Caso o procurador federal seja citado para contestar reclamação constitucional ajuizada no STF contra decisão administrativa que tenha supostamente desrespeitado súmula vinculante, ele deve arguir na contestação a ausência de interesse de agir, em face de não se ter esgotado a via administrativa de impugnação.
- 49 A despeito da inadmissibilidade de recurso especial que vise ao reexame de prova (Súmula n.º 7/STJ), deve o procurador federal, quando cabível, interpor recursos especiais por ofensa às regras de direito probatório relacionadas à valoração e admissibilidade da prova.
- 50 Se o procurador federal for intimado de decisão que, proferida por presidente de tribunal, em sede de suspensão de segurança, seja desfavorável à autarquia ou fundação representada, o referido procurador deve interpor recurso extraordinário ao STF caso vislumbre ofensa à norma constitucional.

Em relação à reforma agrária, julgue os itens a seguir.

- 51 Segundo a ótica do direito agrário, a destinação que se dá ao imóvel ou à atividade nele exercida configuram o principal elemento caracterizador do imóvel rural.
- 52 Segundo o Estatuto da Terra, a reforma agrária é o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime de sua posse, uso e propriedade, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.
- 53 A promoção da política de reforma agrária incumbe à União, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, não se admitindo a atuação dos estados e dos municípios na conjugação de esforços para a sua realização.

No tocante às desapropriações, julgue os itens a seguir.

- 54 Na desapropriação comum, a justa indenização visa cobrir todo decréscimo patrimonial sofrido pelo expropriado, de modo que este permaneça com o mesmo patrimônio antecedente à desapropriação, ao passo que, na desapropriação-sanção, a exemplo da reforma agrária, a indenização consiste no pagamento apenas do preço de mercado do imóvel apurado no momento em que o ilícito seja flagrado.
- 55 Segundo entendimento da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, é coerente com o presente regime constitucional a incidência de juros compensatórios na desapropriação-sanção rural, mas não a da taxa anual dos juros consagrada pela jurisprudência.
- 56 Retrocessão corresponde à pretensão do ex-proprietário expropriado de reaver seu bem quando este não vier a ser destinado a finalidade pública.

Acerca dos títulos da dívida agrária, das questões fundiárias e dos quilombolas, julgue os itens a seguir.

- 57 O critério da autoatribuição e a definição do território dos quilombolas decorrem diretamente da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho, que compõe um conjunto de normas e instrumentos internacionais de defesa dos direitos dos povos indígenas e tribais, com reconhecido *status* supralegal, preenchendo e complementando o catálogo de direitos fundamentais previsto na Constituição Federal de 1988 (CF).
- 58 De acordo com a posição majoritária do STJ, o termo *a quo* do prazo para resgate de título da dívida agrária complementar oriundo de aumento da indenização fixada por sentença judicial corresponde à data da imissão provisória na posse, conforme disposição constitucional, segundo a qual é de vinte anos o prazo máximo para pagamento da indenização.

No que se refere à fase interna da licitação, julgue os itens subsequentes.

- 59 Visando à preservação da hígidez e ao formalismo do certame licitatório, o legislador vedou a possibilidade de modificação do ato convocatório publicado.
- 60 Quando a natureza do objeto da contratação for divisível, as obras, serviços e compras efetuadas pela administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado.

Julgue os itens a seguir, relativos à fase de execução contratual.

- 61 Embora a Lei n.º 8.666/1993 vede expressamente os contratos por prazo indeterminado, a Advocacia-Geral da União tem admitido a vigência de contrato por prazo incerto quando se tratar das hipóteses em que a administração seja usuária de serviços públicos de água e esgoto, desde que expostos os motivos.
- 62 O instrumento de contrato é obrigatório, devendo ser lavrado em todas as modalidades licitatórias; entretanto, no que tange às dispensas e inexigibilidades, ele só se faz indispensável no caso da concorrência.

A respeito de contratos, sua operacionalização e análise jurídica e demais ajustes congêneres, julgue os itens seguintes.

- 63 Na celebração de convênio pela administração pública federal, a manifestação jurídica dos órgãos da PGF alcança, no que se refere à especificação do objeto do convênio e ao seu custo, tanto os aspectos de legalidade quanto os de mérito.
- 64 Nos convênios e seus congêneres, quando o conveniente for entidade privada sem fins lucrativos, impõe-se, salvo as exceções apontadas pela legislação, o prévio chamamento público. Sendo, entretanto, pública a natureza do conveniente, não há obrigatoriedade de prévia seleção.
- 65 Nos convênios firmados com recursos públicos federais, o projeto básico ou termo de referência, documento que vai precisar a caracterização do objeto dos convênios, deve necessariamente ser apresentado antes da celebração destes.
- 66 É atribuição das consultorias jurídicas dos ministérios e das secretarias da Presidência da República e do Estado-Maior das Forças Armadas examinar, prévia e conclusivamente, não apenas os textos de editais de licitação, que ocorrem no âmbito desses órgãos, mas também os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados.

Acerca da legislação indigenista e da colocação de crianças e adolescentes indígenas em família substituta, julgue os itens a seguir.

- 67 Na CF, o legislador constituinte, embasado em uma concepção de pluralismo étnico e de diversidade cultural e reconhecendo aos povos indígenas o direito de se manterem diferentes, superou o paradigma assimilacionista, e, a partir de então, o Estado passou a atuar como tutor dos direitos do indígena, e não mais como tutor dos índios.
- 68 Durante o trâmite de ação de adoção de criança indígena, são obrigatórias, nos termos da legislação de regência, a intervenção e a oitiva da FUNAI e de antropólogos, dispensando-se a participação desses últimos caso o servidor da autarquia já seja um antropólogo.

A respeito da territorialidade indígena e do processo de demarcação de terras, julgue os seguintes itens.

- 69 Para a efetivação do processo administrativo de demarcação de terras indígenas, é necessário que o Poder Judiciário valide seus atos e declare nulos os atos jurídicos que objetivem o domínio e a posse das terras indígenas, sendo também indispensável a observância do contraditório e da ampla defesa em todas as fases processuais.
- 70 Com base no indigenato, há a outorga aos índios, por meio de ato jurídico, do direito às terras tradicionalmente ocupadas, que se sobrepõe, inclusive, ao direito de conquista invocado pela Coroa portuguesa e não se confunde com a mera posse civil.

No tocante à defesa criminal dos indígenas, julgue os itens abaixo.

- 71 Apesar da superação, na CF, do paradigma integracionista, é prevista, na dosimetria da pena, a possibilidade de o juiz atenuar a pena com base em aspectos revelados no laudo antropológico, como a compreensão, pelo índio, do caráter ilícito da conduta que lhe é imputada e a capacidade de se autodeterminar de acordo com esse entendimento.
- 72 Com base no direito à diferença, reconhecido pela CF, no curso de um inquérito ou de uma ação penal, devem ser considerados os aspectos culturais dos povos indígenas e sua influência sobre o cometimento do ilícito, por meio do laudo antropológico, de modo a possibilitar a aplicação de normas penais compatíveis com as diretrizes constitucionais preservacionistas.

Com base na Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), julgue os itens seguintes.

- 73 O plano de manejo constitui documento técnico que deve ser elaborado no prazo de cinco anos, a partir da data da criação da unidade de conservação, para atender aos objetivos da unidade, e estabelecer o zoneamento, contendo normas sobre o uso da área e o manejo dos recursos naturais, bem como a previsão de estrutura física necessária à gestão da unidade.
- 74 As unidades de conservação da natureza, em especial as áreas de proteção ambiental e as reservas particulares do patrimônio natural, devem possuir uma zona de amortecimento e corredores ecológicos, cujos limites físicos, uso e ocupação serão definidos no ato de criação da unidade.

No que se refere ao direito-dever fundamental ao meio ambiente e aos princípios relacionados à proteção ambiental, julgue os itens a seguir.

- 75 Em se tratando de degradação ambiental definida como crime para o qual seja prevista pena de multa, o cumprimento das responsabilidades penal e civil exime o infrator do cumprimento da penalidade administrativa pecuniária.
- 76 Apesar da falta de consenso na doutrina sobre a matéria, é possível elencar, além do princípio do direito fundamental ao ambiente equilibrado, os seguintes princípios constitucionais ambientais estruturantes: prevenção, precaução, poluidor-pagador, participação e informação.

A respeito do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue os itens seguintes.

- 77 Em quaisquer de suas modalidades, a licença ambiental é ato administrativo que estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser atendidas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar o empreendimento sujeito ao licenciamento ambiental.
- 78 Conforme os custos para a elaboração do EIA de empreendimentos públicos causadores de significativa degradação ambiental, a análise de impactos ao meio ambiente artificial e cultural poderá ser dispensada, a critério do órgão ambiental competente.

Acerca da proteção de florestas e das infrações administrativas ambientais, julgue os itens que se seguem.

- 79 No âmbito da proteção determinada pelo Código Florestal vigente, permite-se o cômputo da área de preservação permanente no cálculo do percentual da reserva legal, desde que não ocorra a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo, a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação e o imóvel esteja incluído no cadastro ambiental rural.
- 80 Caso o órgão ambiental federal constate poluição capaz de alterar a qualidade ambiental e prejudicar a saúde, o bem-estar da população e a biota, a apuração do respectivo ilícito administrativo ambiental deve ser imediata, independentemente de laudo técnico.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos